

Apresentação do Dossiê

As duas últimas décadas representaram um período de transformações significativas para a juventude na América Latina: de uma perspectiva econômica, os avanços em termos de abertura de espaços para os jovens foram poucos, limitando as oportunidades de um futuro melhor e com mais qualidade de vida. Ao mesmo tempo, de uma perspectiva política, se consolidou o funcionamento do marco institucional básico da democracia representativa. Neste sentido, tanto a economia quanto a política impactaram a agenda e o debate político, sobretudo em relação ao papel da juventude no processo de redemocratização. As questões fundamentais que tem marcado os esforços para entender a relação política e juventude se referem a: Qual o significado da democratização para a juventude? O que ocorre com os jovens no processo de transição democrática?

Segundo Krauskopf (2004)¹, a construção da cidadania juvenil é um tema estratégico nas sociedades latino-americanas de nosso tempo. Os jovens hoje somam um terço da população mundial, vivendo, a maioria deles, na Ásia e na América Latina. No Brasil, a população juvenil também é significativa. Schwartz (1995)² destaca os jovens como importante força motriz no desenvolvimento de cenários sociais, referindo-se aos efeitos da explosão demográfica global da juventude. O referido autor alerta para o impacto dessa explosão demográfica juvenil, em âmbito mundial, observando que o período poderá ser exacerbado por uma nova sensação de poder que os jovens sentem – o poder de seu número –, com consequências no desenvolvimento de novos cenários sociais. Diante de sua expressão numérica, os jovens impõem desafios à sociedade, particularmente à academia, no sentido de entender seus padrões de participação sociopolítica, direcionando políticas para o encaminhamento de suas demandas. O tema da juventude foi inserido recentemente na agenda pública no Brasil, especialmente no reconhecimento de problemas que mais diretamente afetam os jovens: saúde, violência e desemprego. Em 2005, o governo federal cria o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM), cujo objetivo primeiro é o de elaborar e implantar

¹ KRAUSKOPF, Dina. Perspectivas sobre la condicion juvenil e su inclusion em las políticas públicas. In: GERBER, Elisabet e BALARDINI, Sérgio. *Políticas de juventud em Latinoamérica: Argentina em perspectiva*. Buenos Aires: FLACSO e Friedrich Ebert Stiftung, 2004.

² SCHWARTZ, Peter. *A Arte da Previsão: planejando o futuro em um mundo de incertezas*. São Paulo: Scrita, 1995.

políticas voltadas para a população de mais de 34 milhões de pessoas de 15 a 24 anos de idade.

Diante disto, problematizar formas de expressão juvenil configura-se como agenda prioritária a ser enfrentada pela sociedade e pelo Estado. Num cenário de crise das instituições, das convenções sociais, dos conceitos e das teorias explicativas, torna-se urgente interrogar sobre as crenças e os valores dos jovens, sobre suas formas de pensar, de se expressar e de participar. A discussão a respeito dessas questões poderá oferecer subsídios para a formulação de políticas junto aos jovens.

O primeiro artigo deste Dossiê, de autoria de Aquilino Varela e Redy Wilson Lima, examina a participação política dos jovens na Praia, capital de Cabo Verde. A partir de uma análise qualitativa e quantitativa, mapeiam as instâncias reservadas à participação política juvenil e o seu relacionamento com as instituições políticas, sobretudo o Governo e os Partidos Políticos. A principal conclusão do autor e de que as esferas mercantilistas e parapólicas expressas em grupos de rap e gangues de rua constituem novas tendências organizacionais e participacionistas dos jovens praienses que, num contexto marcado por desigualdades e dificuldades de acesso às oportunidades sociais, encontram no mercado eleitoral possibilidades de afirmação social.

O segundo artigo, de autoria de Patrícia R. C. da Cunha e Camila Rodrigues Della Rocha, analisa o alistamento eleitoral da juventude gaúcha nos anos 2000-2012. Com base na teoria da cultura política, as autoras examinam o comportamento, comparecimento e participação política da juventude no Brasil e na América Latina para discutir a realidade local. O estudo constata que há uma diminuição efetiva do eleitorado juvenil brasileiro que não está associado à diminuição da população jovem no Brasil. Em segundo lugar, as autoras observam uma queda contínua no alistamento eleitoral referente ao período das eleições gerais, enquanto há uma certa variação em relação ao alistamento no período das eleições locais, demonstrando que há uma maior proximidade ou distanciamento dos jovens da política, sendo, portanto uma variável importante para compreender o comportamento eleitoral da população jovem.

No terceiro artigo, Rute Baquero e Marcello Baquero analisam o efeito do tipo de construção democrática contemporânea no Brasil na construção de uma cultura política juvenil. Os autores identificam um tipo de democracia que denominam de híbrida, a qual constrange a transmissão de valores e normas democráticas na estruturação da personalidade política dos jovens porto-alegrenses via processo de socialização política. Para os autores, nesse cenário os jovens internalizam

crenças e valores de desvalorização da política e suas instituições, gerando uma cultura política de desconfiança, cinismo e passividade.

O quarto artigo, de Solon Eduardo Annes Viola e Thiago Vieira Pires, examina como os jovens ocupam os cenários políticos e as ruas para externar suas demandas. Os autores argumentam que a presença dos movimentos estudantis de 1968 “colocou em dúvida as variáveis críticas, e outras nem tanto, dos séculos XIX e da primeira metade do século XX”. Constatam também, que as manifestações do século XXI, intensificadas no ano de 2013, anunciam, outra vez, a urgência da revisão das teorias estabelecidas. Agora, como antes, a participação da juventude nos movimentos sociais expressa em seu conteúdo o desejo, nem sempre expresso claramente, de construir uma cultura dos direitos humanos. Este texto busca aproximar a participação da juventude nos dois períodos históricos referidos, procurando destacar a presença dos direitos humanos ora como possibilidade, ora como carências.

No quinto artigo, Cláudio Augusto Silva Gutierrez argumenta que, embora o desenvolvimento de modelos democráticos mais participativos seja um ideal, isto não poderá ser alcançado sem ações intencionalmente planejadas e dirigidas à formação de cidadãos. O artigo aponta a educação como estratégia central para a formação política da juventude. O artigo conclui que em âmbitos institucionais das nossas sociedades, nos parlamentos, nos partidos políticos, escolas e universidades, o desenvolvimento de uma perspectiva substancial de cidadania pode favorecer a incorporação dos jovens na vida pública, desde que se construa um contexto social, cultural e institucional com base na participação significativa e no diálogo com a juventude.

No sexto artigo, Juventude, educação e cidadania: Os desafios da participação social e política, Jaime José Zitkoski e Lúcio Jorge Hammes analisam as relações entre juventude, participação política e educação para a cidadania. Os autores problematizam como a mobilização política e social dos jovens na atualidade tem o potencial de produzir transformações efetivas nas estruturas socialmente constituídas, focalizando a participação cidadã protagonizada pela juventude a partir das mobilizações populares e sociais vivenciadas no Brasil a partir de junho de 2013.

No sétimo artigo Renato Della Vecchia examina algumas experiências de articulação entre a arte e a cultura com a atuação de entidades vinculadas ao movimento estudantil. Focaliza o papel que o Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) desempenhou durante o conturbado período que antecedeu ao golpe militar no Brasil. O trabalho também resgata o papel que a questão cultural desempenhou no processo de redemocratização no contexto do

Movimento Estudantil Gaúcho a partir da organização de um grande encontro em Caxias do Sul, denominado Cio da Terra e organizado pela União Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul (UEE/RS).

No oitavo artigo, Selmara Mamede Simões Ferreira e Regina de Paula Medeiros abordam a relação entre representações presentes no desenho de políticas públicas de juventude e os significados construídos pelos jovens que participam de programas. Enfocam o programa Plugminas, o qual visa promover conhecimento em artes, formação profissional e desenvolvimento social, por meio de atividades baseadas na cultura digital e na “inovação”. Os resultados apontam que os jovens percebem uma aproximação entre os objetivos do programa Plugminas e a vivência da condição juvenil, especialmente a relação com a diversidade e a sociabilidade. Apontam que o Programa amplia seu repertório de experiências, possibilidades de inserção no trabalho e participação social.

O dossiê finaliza com um artigo livre, de Lucas Mesquita, no qual o autor examina o papel político das tradições diplomáticas no contexto da política externa brasileira. Trabalha com a hipótese de que a tradição diplomática brasileira é utilizada ao longo da história de duas maneiras distintas, variando de acordo com os interesses de apropriação dos grupos. Quando apropriada por aqueles que compõem o governo, a tradição serve como recurso para despolitização da política externa brasileira; em contrapartida os grupos de oposição recorrem à tradição e ao questionamento da sua permanência nas escolhas políticas para politizar as escolhas internacionais do governo, nesse sentido, politizar a tradição serve como mecanismo de contestação política. O autor conclui que aqueles que buscaram interferir no debate da política via utilização das tradições, o fizeram de acordo com seus propósitos políticos dentro de duas chaves possíveis.

Os organizadores:

Rute Vivian Angelo Baquero

(Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina/ Brasil)

Patrícia R. C. da Cunha

(Universidade Federal de Pelotas/ Brasil)